



PLANOS MUNICIPAIS DE DESENVOLVIMENTO RURAL – PMDR

EXPEDIENTE

Ministro do Desenvolvimento Agrário

José Abrão

Secretário da Agricultura Familiar

Gilson Alceu Bittencourt

Consultoria

Jorge Romano

Edição

Iracema Dantas (Ibase)

Projeto Gráfico

Guaira Miranda

Ilustrações

Guto Miranda

Coordenação e apoio

Fani Mamede (Equipe Capacitação SAF)

Hur Ben Corrêa da Silva (Coordenação PCT IICA / Pronaf)

Iracema Cavalcanti de Paula (Equipe Capacitação SAF)

Reni Antônio Denardi (Coordenação Equipe Capacitação SAF)

Tânia Maria de Melo (Equipe Capacitação SAF)

Valéria Tavares Rabelo (Comunicação SAF)

Publicado em maio de 2002



APRESENTAÇÃO

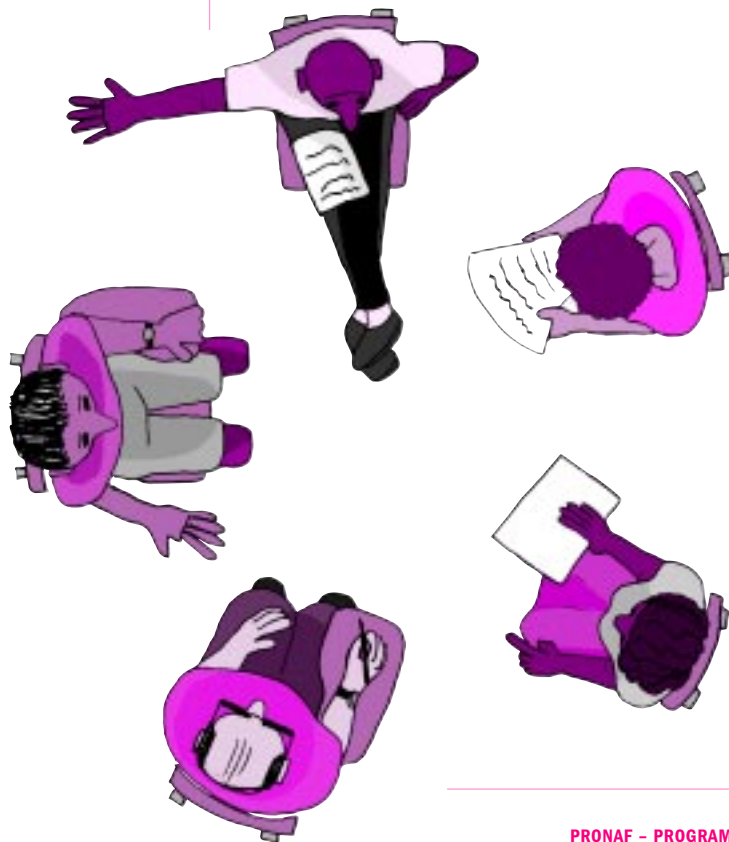
Este caderno de capacitação foi elaborado com base na pesquisa de avaliação dos Planos Municipais de Desenvolvimento Rural (PMDR), solicitada pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) ao Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) e executada pelo Instituto Brasileiro de Análise Sociais e Econômicas (Ibase).

A pesquisa foi realizada em 2001, em 185 municípios situados em quatro estados, de quatro regiões do país: Espírito Santo (Sudeste), Mato Grosso do Sul (Centro-Oeste), Pernambuco (Nordeste) e Santa Catarina (Sul).

Nesses municípios foram investigados os Planos Municipais de Desenvolvimento Rural aprovados pelos seus Conselhos de Desenvolvimento Rural. O resultado obtido ajuda a esclarecer o grau de representatividade, o nível técnico e a efetividade do uso do Plano na promoção das ações de desenvolvimento rural do município.

As principais informações do estudo estão colocadas neste caderno, com o objetivo de ajudar conselheiros e conselheiras mu-

nicipais a refletir sobre como os planos estão sendo elaborados e qual tem sido sua utilidade no desenvolvimento dos municípios onde vivem. Além de contribuir para aumentar a eficiência dos Planos Municipais de Desenvolvimento Rural.



O QUE É UM PLANO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL?

A forma como um Plano Municipal de Desenvolvimento Rural é feito e o uso que lhe é dado definem o que ele é. A pesquisa do Ibase identificou dois tipos de Planos muito diferentes. Vamos saber quais são?

1. O PMDR pode ser um documento com uma série de dados sobre o município e uma lista de demandas, feito apressadamente pelo(a) técnico(a) da extensão rural ou da prefeitura. Ninguém o lê ou usa. Acaba guardado numa gaveta ou prateleira.

2. O PMDR também pode ser um documento feito pelo Conselho de Desenvolvimento Rural, resultado da participação das comunidades, que registra o acordo e o compromisso entre agricultores(as), outros grupos da sociedade e o governo sobre as prioridades escolhidas. Passa a ser um instrumento de desenvolvimento que levanta questões fundamentais para o município. Um Plano feito assim e utilizado pela sociedade para controlar o bom uso dos recursos públicos é um exercício constante de cidadania.

Lembrem-se: são vocês que decidem que tipo de Plano Municipal de Desenvolvimento Rural terá o seu município!

Para ajudar na elaboração de um PMDR que realmente contribua para o desenvolvimento do seu município, o quadro a seguir pode ser útil.

Questões para debate	Roteiro para respostas
Como está o município?	Fazer um diagnóstico dos problemas e das potencialidades
Que futuro queremos?	Definir os objetivos gerais que se pretende alcançar
Como vamos chegar lá?	Elaborar a estratégia para alcançar esses objetivos
Quais são as prioridades?	Escolher o que deve ser apoiado primeiro
O que vamos fazer?	Decidir as ações e obras que serão apoiadas
Como vamos fazer?	Criar uma forma de trabalhar juntos que garanta a participação e o controle na execução, acompanhamento e avaliação das ações e obras
Quem vai fazer o que?	Delimitar as responsabilidades entre os(as) participantes
O que e quanto necessitamos para fazer?	Identificar os recursos necessários (dinheiro, pessoal, máquinas) e de onde virão

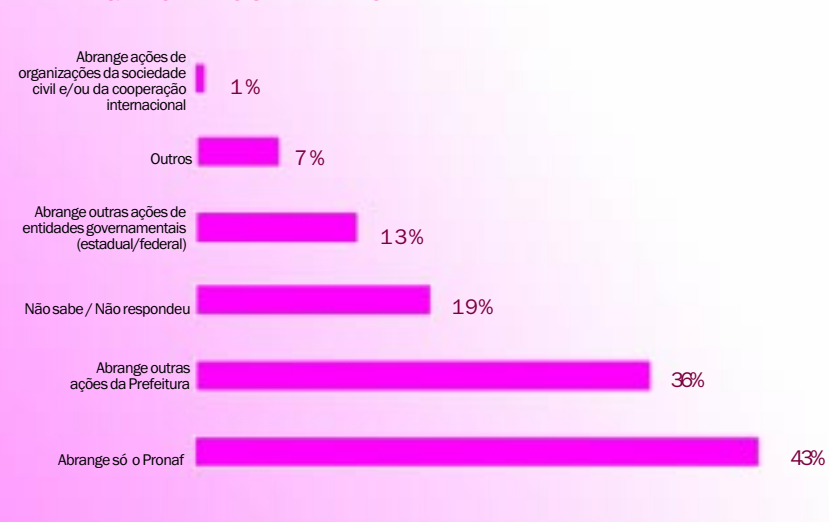
O QUE OS PLANOS PODEM FAZER PELO SEU MUNICÍPIO?

O objetivo principal do Plano Municipal de Desenvolvimento Rural é organizar todas as ações voltadas para o desenvolvimento rural no município. Mas o que o estudo realizado aponta é que na maior parte dos municípios o Plano depende basicamente do Pronaf Infra-Estrutura¹. Sem contar com investimentos do poder local, com poucas exceções, a aplicação do Pronaf Infra-Estrutura foi decisiva não apenas para a elaboração e execução do Plano como também para a própria existência dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural. No gráfico 1, você vai poder saber como os(as) entrevistados(as) da pesquisa realizada pelo Ibase vêem o funcionamento prático dos Planos.

1 Pronaf Infra-Estrutura e Serviços: visa apoiar, com recursos financeiros não-reembolsáveis, a instalação de infraestrutura e serviços essenciais, inclusive assistência técnica e extensão rural, nos municípios rurais pobres com grande concentração de agricultores(as) familiares. As obras e serviços devem constar de planos de desenvolvimento aprovados por Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural. A fonte dos recursos é o Orçamento Geral da União e contrapartidas municipais.

Gráfico 1

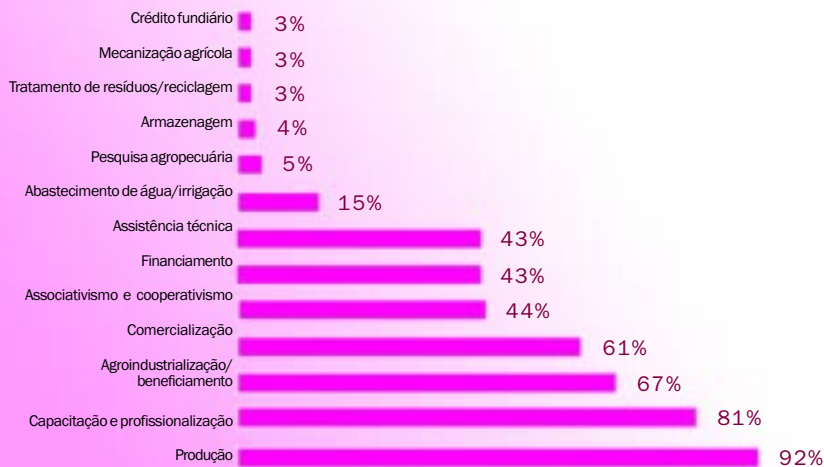
ABRANGÊNCIA DOS PMDRS



Além da dependência do Pronaf Infra-Estrutura, a maioria dos Planos revela uma visão limitada de desenvolvimento rural. E deixa de fora aspectos fundamentais! O que se vê mais freqüentemente são propostas ligadas a atividades agropecuárias e agroindustriais. Confira no gráfico a seguir.

Gráfico 2

ASPECTOS AGROPECUÁRIOS ENCONTRADOS NOS PMDRS



DESENVOLVIMENTO RURAL NÃO É SÓ BENFEITORIA!

PRECISAMOS GARANTIR A CONTINUIDADE DOS PROJETOS!

TODOS OS SETORES DA NOSSA COMUNIDADE TÊM QUE PARTICIPAR



*POR QUE NÃO
SOMAR ESFORÇOS?*



Como podemos melhorar os Planos?

Os resultados da pesquisa deixam como dicas uma série de questões para debates. Aproveite! Discuta com sua comunidade e contribua para que os Planos sejam aprimorados e possam promover o desenvolvimento rural sustentável e solidário!

1. Apenas com o Pronaf Infra-Estrutura é possível construir um desenvolvimento rural sustentável e solidário no município? Será que não estamos deixando de lado outras possibilidades e ações dos governos e da sociedade civil nas esferas municipal, estadual ou federal?

2. Os recursos disponíveis para os Planos, quase sempre restritos a municípios do Pronaf Infra-Estrutura, são insuficientes. O resultado é uma baixa capacidade de gerar ações efetivas. Como superar a falta de empenho do poder municipal em assumir seu papel como contraparte do desenvolvimento rural? Como cobrar essa

A PREFEITURA
VAI TER QUE
DISCUTIR COM A
POPULAÇÃO O QUE
FAZER PRIMEIRO!

MAS TAMBÉM
TEM QUE
RESOLVER O
PROBLEMA DAS
MÃES QUE
TRABALHAM
FORA E NÃO
TÊM COM
QUEM DEIXAR
AS CRIANÇAS.

A NOSSA
PREFEITURA TEM
QUE APOIAR A
AGRICULTURA
LOCAL...



NOSSA ASSOCIAÇÃO JÁ ESTÁ FUNDADA

JÁ TEMOS UMA REUNIÃO MARCADA NA CÂMARA DE VEREADORES.

AGORA SOMOS MAIS FORTES E LUTAMOS JUNTAS



participação sem esquecer das dificuldades financeiras que acontecem no local?

3. Como enfrentar o risco de que sem a renovação do financiamento do Pronaf Infra-Estrutura, os avanços conseguidos pelos Planos e pelos Conselhos sejam perdidos – inclusive os que se referem à organização e à participação dos agricultores e agricultoras e dos diferentes grupos nas políticas de desenvolvimento do município?

A IDÉIA É BOA, MAS TEM QUE TER CUIDADO PARA QUE OS MUNICÍPIOS MAIS POBRES NÃO FIQUEM DE FORA!

4. Uma sugestão para que os Planos tenham resultados além do que se pode garantir com os recursos do Pronaf Infra-Estrutura é exigir do poder público municipal um maior comprometimento de suas receitas. Seria uma contrapartida para o recebimento dos recursos do Pronaf Infra-Estrutura e Serviços.

5. É muito importante fortalecer os Conselhos. Eles devem participar na gerência dos recursos e das ações que venham de outras fontes. E não só do Pronaf!



O CONSELHO TEM QUE SER ALIADO DE TODA A COMUNIDADE.

E A COMUNIDADE TAMBÉM TEM QUE SER ALIADA DO CONSELHO.

QUEM GANHA É O MUNICÍPIO. E NÓS QUE MORAMOS NELE!



6. Os integrantes dos Conselhos devem estar atentos para que os Planos também tratem do fortalecimento da agricultura familiar e do desenvolvimento rural sustentável e solidário.

E COMO OS PLANOS PODEM FAZER ISSO?

TENDO NAS SUAS PROPOSTAS AÇÕES QUE DISCUTAM QUESTÕES DE GÊNERO, DA JUVENTUDE RURAL E TUDO MAIS QUE FOR DA NOSSA REALIDADE!



PLANOS E CONSELHOS REPRESENTAM OS INTERESSES DE TODA A COMUNIDADE?

Para ajudar no debate sobre se os Planos representam os interesses de todos os setores importantes para o desenvolvimento rural no município e, em particular, dos diversos tipos de agricultores(as) familiares, temos que entender melhor como funcionam e estão formados os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural dos locais onde a pesquisa foi feita. Será que são semelhantes ou diferentes do Conselho que você participa?

Quem participa?

- Na maioria dos casos (80%), os municípios pesquisados possuem Conselhos com até, no máximo, 25 membros.
- Na metade dos municípios estudados, agricultores e agricultoras familiares representam 50% a 60% dos conselheiros existentes.
- A presença masculina é muito forte. Em 30% dos municípios pesquisados não há mulheres entre os membros do Conselho. Somente 3% dos Conselhos contavam com mais do que 30% de mulheres em sua composição.

Em mais da metade dos casos (57%), o cargo de presidente é exercido por um(a) representante da administração municipal. Mas em 25% a presidência do CMDR é ocupada por um(a) representante da agricultura familiar.

A Secretaria Executiva é ocupada principalmente pelo representante da extensão rural (46%). Mas é também significativa a percentagem de agricultores familiares (20%) que ocupam esse cargo.

Como estão organizados?

Na maioria dos municípios investigados (63%) os cargos de presidente e de secretário-executivo são eleitos diretamente por membros do Conselho.

A metade dos Conselhos se reúne uma vez por mês (50%). Apenas 10% se encontram a cada dois meses.

A duração do mandato de conselheiros(as) é de 2 anos em 86% dos casos.

Em 97% dos municípios, os Conselhos têm poder de decisão. E em 17% desses municípios podem também criar normas.

O PRESIDENTE E O
SECRETÁRIO EXECUTIVO
DO CONSELHO SÃO
IMPORTANTES PARA
ADMINISTRAR E
ORGANIZAR AS DECISÕES.



E como são feitos os Planos?

- Em 72% dos municípios os Planos foram formulados no máximo 1 ano após a criação do Conselho.
- Os Planos foram elaborados com a participação de quatro poderes fundamentais que fazem parte de seu processo de planejamento: o poder político-administrativo do(a) prefeito(a) e o poder representativo do sindicato, o poder técnico da Emater e o poder participativo das lideranças locais da agricultura familiar. Isso não significa que esses quatro poderes tenham a mesma influência nos mecanismos de tomada de decisão dos Conselhos! A maioria das reivindicações foi apresentada por essas quatro representações e acabaram incorporadas a partir de escolhas feitas por decisão dos Conselhos. No gráfico 3, você vai saber o que a pesquisa revelou sobre a participação na elaboração dos Planos.

Gráfico 3

QUEM PARTICIPA DA ELABORAÇÃO DOS PLANOS?

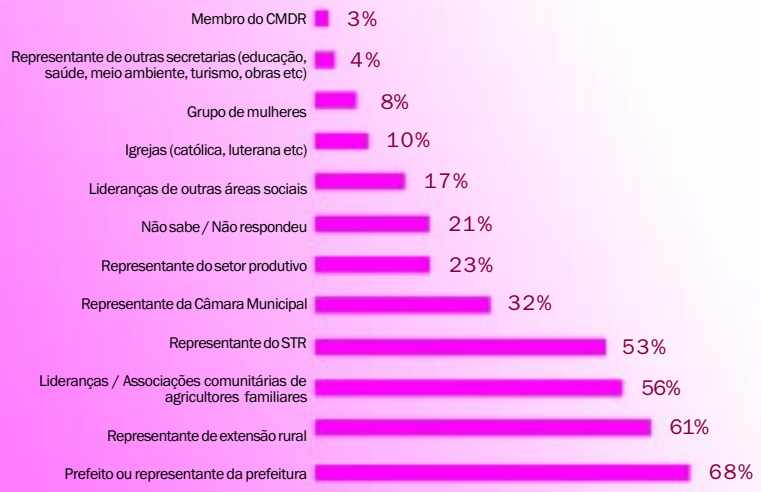
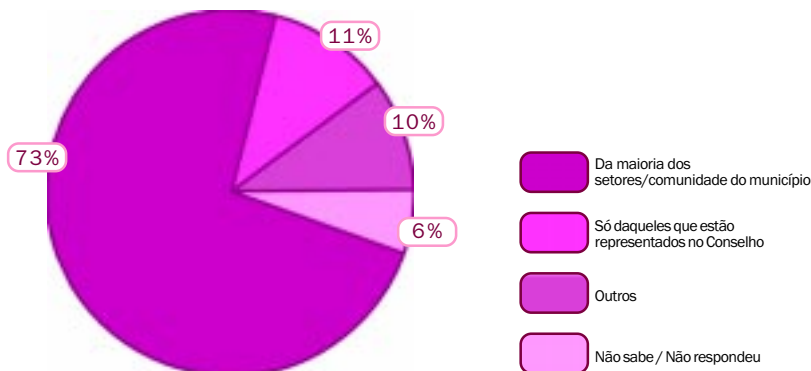


Gráfico 4

OS PLANOS REPRESENTAM OS INTERESSES DE QUEM?

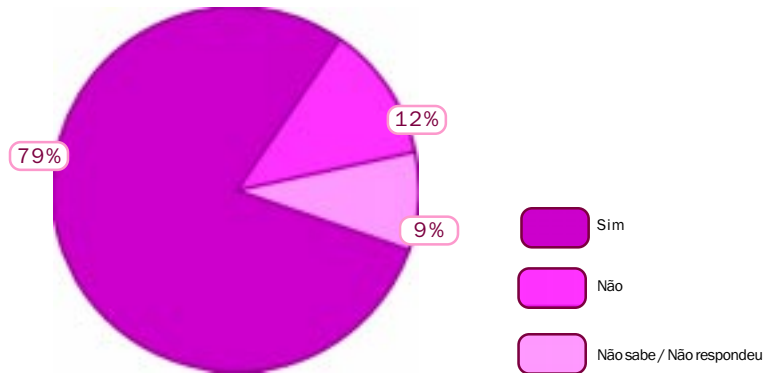


Para os(as) entrevistados(as), os Planos atendem aos interesses da maioria das comunidades e setores do município. Confira no gráfico 4, logo acima.

Cerca de 79% de entrevistados(as) responderam que consideravam as demandas e as atividades previstas nos Planos como as mais relevantes para o desenvolvimento rural municipal (confira no gráfico a seguir). Mas 60% do total ouvido lembrou que havia outras necessidades que não foram contempladas. Mesmo assim, a representatividade dos Planos foi considerada boa por 56%. Chegaram a considerá-la ótima 11% dos(as) entrevistados(as). Confira essas informações no gráfico 5, na página a seguir.

Gráfico 5

CONSIDERANDO A ESCASSEZ DE RECURSOS FINANCEIROS NOS MUNICÍPIOS, AS DEMANDAS PREVISTAS NO PMDR SÃO AS MAIS IMPORTANTES PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL?



Quem são os(as) principais beneficiados(as) pelos Planos?

Entre agricultores e agricultoras beneficiadas(os) pelos Planos são mais freqüentes os que provêm de comunidades organizadas do que os que não participam de organização comunitária.

Segundo as categorias utilizadas por organizações de trabalhadores e trabalhadoras rurais, os mais beneficiados pelos Planos são: agricultores(as) familiares em transição (ou meio capitalizados ou meio fortes) e os periféricos (ou descapitalizados ou fracos). Em Santa Catarina e no Espírito Santo os mais beneficiados são agricultores(as) em transição. No Mato Grosso do Sul e em Pernambuco, os periféricos.

AS COMUNIDADES, MUITAS VEZES, NÃO TIRAM PROVEITO DAS REUNIÕES. É PRECISO ENTENDER QUE ESSE É UM MOMENTO PARA DEBATER OS PROBLEMAS E DISCUTIR COMO FORTALECER A AGRICULTURA FAMILIAR



Capítulo 3

AGRICULTORES E AGRICULTORAS PARTICIPAM PRA VALER?

Como tem ocorrido a participação dos diferentes grupos envolvidos com a questão do desenvolvimento rural municipal na geração e aplicação dos Planos? A participação acontece de fato ou é somente uma formalidade? Vamos saber logo...

- No processo de elaboração dos Planos Municipais, o prefeito ou o representante da prefeitura e o representante da Emater são os mais citados quanto à participação, superando as lideranças locais da agricultura e o(a) representante do sindicato.
- A pesquisa indica que agricultores(as) familiares e seus representantes, de um modo geral, tiveram uma participação passiva. Isto é, apenas aceitando as propostas das equipes técnicas.
- Na elaboração dos Planos, diferentes formas de poder disputam suas propostas: o poder participativo das lideranças comunitárias; o poder representativo do sindicato; o poder da Emater e da prefeitura; e o poder financeiro dos agentes dos órgãos financiadores. É claro que, se os três últimos poderes são os que realmente decidem, os Planos não podem ser representativos!

E NÃO É SÓ NA
REPRESENTAÇÃO DAS
COMUNIDADES RURAIS
QUASE NÃO HÁ
MULHERES!



A pouca participação das mulheres

Quanto à composição dos Conselhos, é preciso encarar a baixa participação feminina nessas instâncias. Já comentamos que 30% não possuíam mulheres e somente 3% deles contavam com uma participação feminina acima de 30%.

Entre as mulheres entrevistadas, o que se viu foi um considerável desconhecimento sobre os Planos. Não é difícil chegar a conclusão de que a forma como o tema é apresentado e tratado não ajuda a envolver mulheres nas preocupações com o desenvolvimento rural municipal.

A pouca participação de assentados(as) de reforma agrária

Assentados(as) de reforma agrária são outra categoria com baixa participação nos Conselhos. Os representantes dos movimentos de reforma agrária não apenas possuem inexpressiva participação nos Conselhos como também quase sempre demonstram grande desconhecimento e até desinteresse pelos processos de elabora-

ção e acompanhamento dos Planos. Isso acontece mesmo em municípios onde é forte a presença de assentamentos.

● As lideranças de trabalhadores(as) rurais sem-terra, na pesquisa, criticaram muito a forma de acesso e condução dos Conselhos.

A pouca participação de outras secretarias municipais

Na maioria dos Conselhos, há apenas uma pequena participação de representantes de outras secretarias municipais (educação, saúde, meio ambiente, turismo etc). Isso confirma o caráter fortemente agrícola dos Conselhos, o que torna ainda mais difícil a introdução de uma visão mais ampla de desenvolvimento rural.

EM ALGUMAS COMUNIDADES, EM GERAL AS QUE TÊM MAIS DIFICULDADES DE ORGANIZAÇÃO, HÁ QUEIXAS DE QUE ELAS ACABAM EXCLUÍDAS DOS CONSELHOS. E QUE POR CAUSA DISSO, FICAM DE FORA DA MAIORIA DOS BENEFÍCIOS DOS PLANOS!

OUTRA COISA QUE DIFICULTA A PARTICIPAÇÃO NOS CONSELHOS SÃO OS GASTOS COM TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO.



SUGESTÕES E INICIATIVAS PARA MELHORAR A REPRESENTATIVIDADE DOS PLANOS E CONSELHOS

Introdução de um sistema de eleição – não de indicação – nas comunidades rurais para a escolha de representantes no Conselho. Com isso, seria possível não apenas democratizar sua composição, mas também aumentar a mobilização nas comunidades.



Instituição de uma cota mínima para agricultoras, aumentando a representação feminina nos Conselhos.



Aperfeiçoamento dos critérios de composição dos Conselhos, de tal forma que fique garantida a representação do maior número possível de comunidades






Criação de um sistema de ajuda de custo para as despesas de conselheiros(as), especialmente para transporte.



Capítulo 4

COMO FUNCIONAM OS PLANOS?

-  A função de gerenciamento dos Planos é desempenhada fundamentalmente por agentes do setor governamental: prefeito(a) (39%), secretário(a)-executivo(a) do Conselho (26%), secretário(a) municipal de agricultura (24%) ou pelo(a) representante da empresa estadual de assistência e extensão rural (22%).
-  Os(as) secretários(as)-executivos(as) dos Conselhos, na maior parte dos casos, são também agentes governamentais: representantes da extensão rural (43%), secretário(a) de agricultura (12%), prefeito(a) ou representantes da prefeitura (9%), outros(as) secretários(as) de governo (8%). É muito pequena a presença de representantes dos(as) agricultores(as) nessa função de gerenciamento: lideranças do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (6%) e lideranças de agricultores(as) (2%).
-  Assim como na elaboração, representantes do MMTR (Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais) e lideranças do movimento de luta pela terra (MST e Pastoral) quase não participam dos processos de gerenciamento e implementação dos Planos.

● O acompanhamento da execução das demandas, atividades e pleitos dos Planos é realizado mais ativamente por representantes da prefeitura (60%), lideranças de agricultores familiares (54%), representantes da extensão rural (50%) e lideranças do STR (50%), através de reuniões do Conselho e de visitas e vistorias. Esse acompanhamento é considerado regular, já que ocorre só de forma parcial para 43% dos(as) entrevistados(as). Confira no gráfico 6, logo abaixo.

● Também nos Planos, o nível de execução das demandas, atividades e pleitos previstos se apresenta como regular, já que na maioria das vezes só foram executadas parcialmente (73%). Mas é importante destacar que só em 1% dos casos levantou-se que as ações não foram executadas. Confira no gráfico 7, na página a seguir.

Gráfico 6

O CONSELHO ACOMPANHA REGULARMENTE A EXECUÇÃO DAS DEMANDAS DO PLANO?

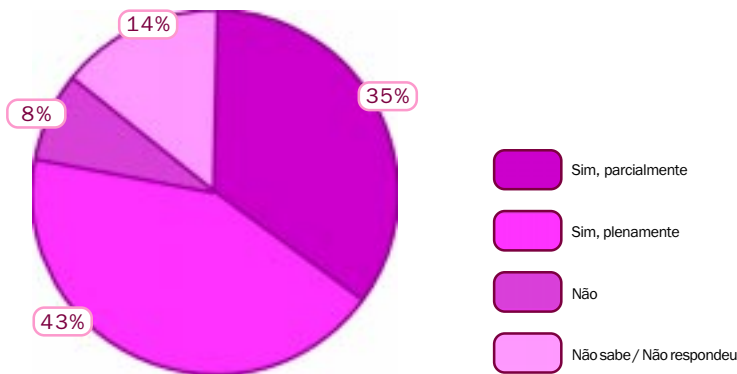
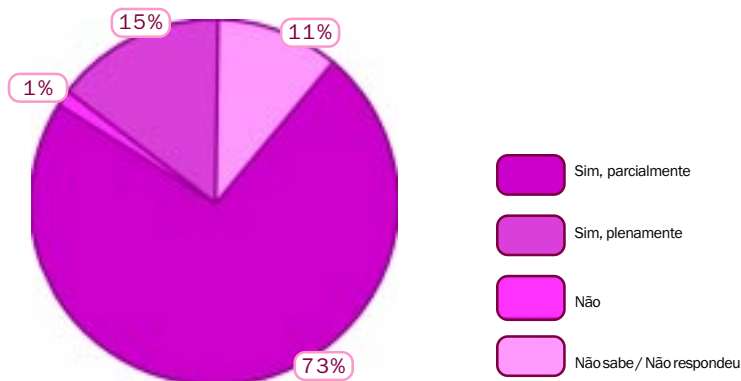


Gráfico 7

EXECUÇÃO DE DEMANDAS, ATIVIDADES E PLEITOS PREVISTOS NO PLANO



Os principais motivos apontados que impediram a execução plena das demandas, atividades e pleitos dos Planos foram:

● dificuldades operativas:

- ∨ dificuldades da prefeitura (40%)
- ∨ dificuldades de gestão (35%)

● problemas financeiros:

- ∨ atraso ou não liberação dos recursos do Pronaf (35%)
- ∨ falta de recursos financeiros das prefeituras (31%)

A GESTÃO E O NÍVEL TÉCNICO DOS PLANOS FORAM MENOS APROVADOS QUE A REPRESENTATIVIDADE. POR QUE SERÁ?



Os problemas podem ser divididos em três conjuntos de dificuldades: problemas do tipo institucional; problemas na escolha de prioridades e nas definições técnicas; e problemas na obtenção de informações para o acompanhamento dos Planos. Vamos saber mais sobre isso?

Problemas do tipo institucional

Existe uma falta de clareza no que cabe ao Conselho e à Prefeitura no gerenciamento do Plano. Com isso, em muitos municípios, a Prefeitura, apesar de seus limites, acaba centralizando a gestão do Plano.

Exemplos dos limites das prefeituras são:

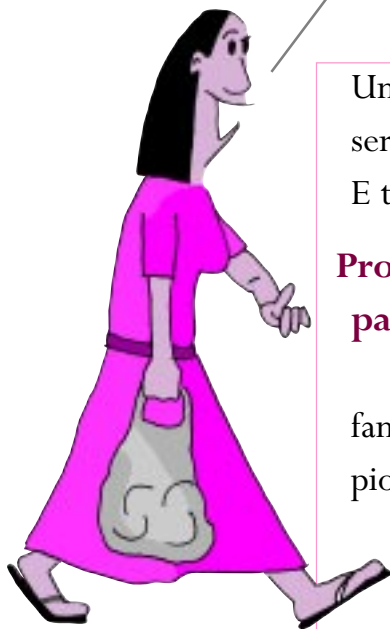
- ∨ falta de prática do poder público municipal para investir em políticas agrícolas
- ∨ pouca clareza em relação aos objetivos do Pronaf
- ∨ falta de uma visão mais ampla do desenvolvimento rural do município
- ∨ mudanças político-administrativas, que levam instabilidade para os Conselhos.

- Na maioria das vezes, os Planos foram elaborados rapidamente através de Conselhos recém-criados. Em 72% dos municípios pesquisados a diferença de tempo entre a criação do Conselho e a definição do Plano foi de até um ano.
- Os Conselhos Municipais não têm relação com os Conselhos Estaduais. O resultado é a desvinculação entre a elaboração dos Planos Municipais e as diretrizes estaduais.
- O uso de bens e serviços obtidos através do Pronaf Infra-Estrutura afeta o bom andamento dos Planos. A isso se soma a falta de normas e regulamentos para o uso democrático desses bens e serviços.

Problemas das prioridades e definições técnicas

- As prioridades dos Planos geralmente buscam resultados muito rapidamente. Acabam esquecendo de promover uma estratégia que leve ao desenvolvimento rural, solidário e sustentável no município.
- A pouca participação de conselheiros(as) na gerência dos planos também está relacionada com a falta de capacitação. O problema é que o enfoque da capacitação é quase exclusivamente técnico.

NÃO PODEMOS ESQUECER DOS
PROBLEMAS CAUSADOS PELA
BUROCRACIA E ATRASO NA
LIBERAÇÃO DOS RECURSOS!



Uma capacitação sobre temas de cidadania e políticas públicas pode ser uma grande contribuição para o fortalecimento de conselheiros. E também de conselheiras!

Problemas na obtenção de informação para o acompanhamento dos Planos

A pesquisa reafirmou que as informações sobre agricultura familiar não estão agrupadas com uma única instituição. E, para piorar, essas informações são guardadas de maneira diferente. Hoje, há duas instituições principais que têm informações: os bancos e a extensão rural.

- No caso dos bancos, as informações pedidas aos(as) agricultores(as) no momento de buscar o crédito, ainda que organizadas e guardadas no computador, não são muito úteis para acompanhar como anda a política pública no município.
- No caso da extensão rural, as informações são, às vezes, específicas demais e, em geral, pouco organizadas.

SUGESTÕES E INICIATIVAS PARA APRIMORAR A GESTÃO E O NÍVEL TÉCNICO DOS PLANOS E CONSELHOS

A ocupação freqüente da presidência dos Conselhos por pessoas ligadas à administração municipal pode trazer prejuízos não apenas ao caráter democrático do Conselho. Pode também prejudicar a continuidade da atuação do Conselho quando mudam as autoridades da Prefeitura após as eleições.



É necessário enfrentar a falta de integração das esferas municipais, estadual e federal, bem como de outras instâncias municipais que interferem nos Planos. Para isso, é importante tomar iniciativas concretas para aumentar a integração entre os Conselhos Municipais, os Conselhos Estaduais e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural.



O esforço de integração das diferentes esferas de planejamento do desenvolvimento rural deve incluir a articulação de programas governamentais importantes para o desenvolvimento local, como Pronaf, Pró-Renda, Morar Melhor, Bolsa Escola etc.

É IMPORTANTE QUE OS RECURSOS DO PRONAF SEJAM DESVINCULADOS AOS DA PREFEITURA.

AS RELAÇÕES ENTRE OS CONSELHOS E A GERÊNCIA DOS PLANOS TÊM QUE SER TRANSPARENTES



Precisam ser criados canais de comunicação e outros meios que, de fato, articulem os Conselhos com a Caixa Econômica Federal e os outros agentes financeiros.

Isso ajudaria a que a Caixa e os bancos adequem melhor seu funcionamento com a realidade rural. E é necessário também que os processos burocráticos de aprovação e liberação dos recursos sejam simplificados.



Para favorecer a realização dos objetivos dos Planos é recomendável que conselheiros e conselheiras sejam capacitados(as) para atuar tanto nas questões técnicas quanto nas questões políticas. Só assim podem atuar de modo mais eficaz na elaboração e gestão dos Planos e na definição de estratégias de desenvolvimento.



É preciso aumentar o tempo para elaboração dos Planos e garantir espaços para ampliação de debates. Audiências públicas ou um fórum municipal podem ser bons caminhos para aprovar um Plano.



PARA OS AGENTES FINANCEIROS UMA BOA SUGESTÃO É INCLUIR UM QUESTIONÁRIO A SER PREENCHIDO POR FUNCIONÁRIOS DO BANCO OU DA CAIXA NO MOMENTO DA OPERAÇÃO DE CRÉDITO.



PARA A EXTENSÃO RURAL, A DICA É PADRONIZAR UM QUESTIONÁRIO A SER APLICADO ROTINEIRAMENTE PELA EXTENSÃO RURAL.

É necessário que os envolvidos na gestão dos Planos – agricultores(as), Sindicato dos Trabalhadores Rurais, prefeitos(as), técnicos(as) e extensionistas rurais, entre outros – saibam exatamente qual o papel de cada um(a). Cartilhas e outros instrumentos semelhantes que tratem sobre essa questão podem constituir-se em meios importantes para esclarecer dúvidas e conflitos.



Para favorecer o acompanhamento feito pela SAF – Secretaria da Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário – é fundamental organizar um sistema integrado de informações sobre a agricultura familiar através de três fontes: agentes financeiros, extensão rural e Conselhos Municipais e Estaduais, sob a coordenação da SAF.



FIGURARIA COM OS CONSELHOS MUNICIPAIS E ESTADUAIS A TAREFA DE ALIMENTAR O SISTEMA DE INFORMAÇÃO ATRAVÉS DA ATUALIZAÇÃO DOS PLANOS E DA DIVULGAÇÃO DAS ATAS DE REUNIÕES REALIZADAS, ALÉM DA COORDENAÇÃO LOCAL DA APLICAÇÃO DE QUESTIONÁRIOS.



Capítulo 5

OS PLANOS REALMENTE FUNCIONAM?

Num contexto geral de falta de recursos nos municípios, os Planos são vistos de forma positiva: 79% das respostas confirmam a importância e o significado das demandas, atividades e pleitos previstos nos Planos para o desenvolvimento rural. Os motivos são porque os Planos consideram as principais reivindicações e/ou potencialidades do município e porque beneficiaram agricultores(as) familiares. Confira no gráfico 8, abaixo.

MAS HÁ TAMBÉM MUITAS CRÍTICAS. AS QUE MAIS SE DESTACAM SÃO QUE OS PLANOS SÓ ATENDEM PARCIALMENTE A QUESTÕES FUNDAMENTAIS PARA O MUNICÍPIO (10%) E QUE ALGUMAS OBRAS/AÇÕES SÃO QUESTIONÁVEIS (8%). E NÃO PÁRA POR AÍ: RECURSOS, EQUIPAMENTOS E AÇÕES NÃO ESTÃO SENDO BEM ADMINISTRADOS (4%) E O PROCESSO DESENCADÉADO EM TORNO DO PMDR NÃO FOI DEMOCRÁTICO (4%).

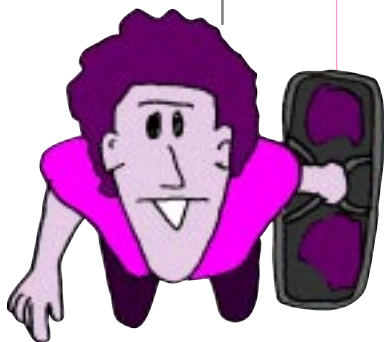
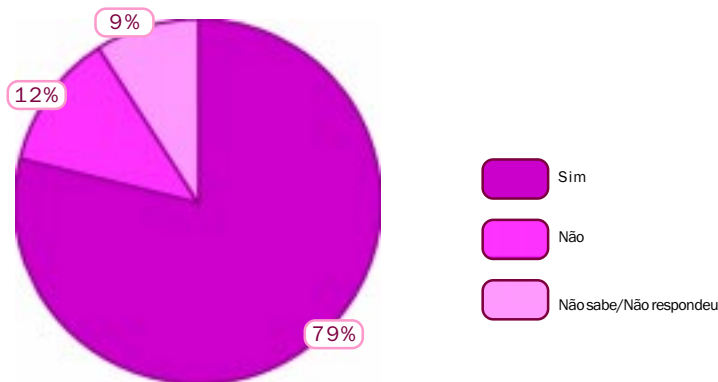


Gráfico 8

EXECUÇÃO DAS DEMANDAS, ATIVIDADES E PLEITOS PREVISTOS NO PLANO



Principais benefícios alcançados nos processos de elaboração e execução dos Planos

- ∨ Melhorias na infra-estrutura: o abastecimento de água (poços, reservatórios, barragens etc); a aquisição de máquinas e equipamentos para o município (como patrulhas mecanizadas); e a construção e/ou conservação de estradas.
- ∨ Melhorias nas condições técnicas de produção, transformação e comercialização (como a construção de viveiros de mudas, resfriador de leite, silos, fábrica de ração, balança etc).
- ∨ Fortalecimento de agricultores(as) familiares tanto em termos sociopolíticos (maior organização e maior participação) como econômicos (acesso a máquinas e equipamentos).

Existem dois grupos de dificuldades apontadas quanto à efetividade dos Planos: um é a determinação das prioridades e outro é a execução do que foi planejado. Vamos saber mais sobre isso?

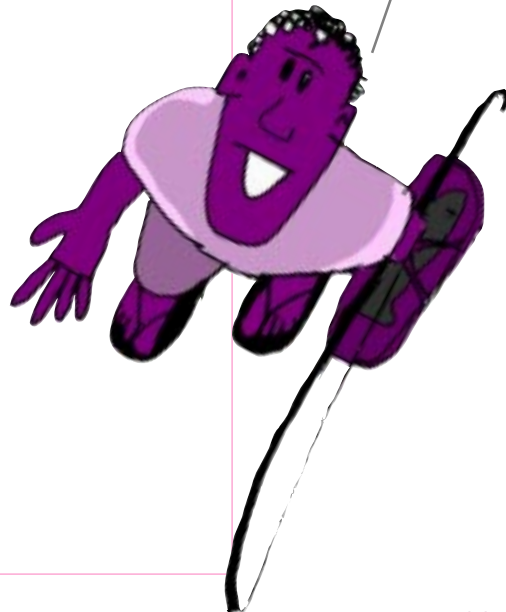
Problemas na determinação das prioridades

- Existem outras prioridades e demandas de grupos sociais importantes para o desenvolvimento rural dos municípios que não foram considerados. As principais críticas vêm de lideranças do movimento de luta pela terra (MST e Pastoral), de representantes femininas indicadas pelo MMTR e de integrantes de outros setores produtivos.
- Há um alto desconhecimento sobre os Planos, suas atividades e sua importância, o que demonstra falta de divulgação. Os Planos ainda ficam restritos a alguns setores do município. O perigo é que venham a se transformar em “plano de gaveta”!
- Há uma opinião mais geral de que os Planos poucas vezes tocam a fundo estratégias de desenvolvimento. Como consequência disso, aparece a falta de relacionamento das propostas apresentadas nos Planos com as de outros setores (saúde, educação, habitação e saneamento). Perde-se uma boa chance de ter uma política municipal de desenvolvimento rural solidário e sustentável.

Problemas na concepção e na execução do que foi planejado

- Deficiências nas técnicas utilizadas nos projetos.
- Deterioração de equipamentos adquiridos com os recursos do Plano porque as Prefeituras não prevêm os gastos com a manutenção.
- Freqüentes paralisações das obras, quando ocorrem mudanças nas administrações municipais.

UMA SUGESTÃO É QUE O PRONAF INFRA-ESTRUTURA DEVERIA ATENDER PRIORITARIAMENTE A COMUNIDADES RURAIS MAIS DEFICIENTES E MENOS ORGANIZADAS.



SUGESTÕES E INICIATIVAS PARA APRIMORAR A EFETIVIDADE DOS PLANOS

Revisão de critérios de seleção dos municípios para recebimento dos recursos do Pronaf Infra-Estrutura e Serviços. Atualmente, por não ser calculado o valor da produção da indústria e dos serviços, municípios mais ricos acabam incluídos e aqueles com menos recursos econômicos ficam de fora.



Evitar a pulverização dos investimentos por meio de cotas minúsculas para cada município. O melhor é aumentar as cotas. Uma medida extrema seria reduzir o número de municípios beneficiados. Mas é preciso avaliar bem as conseqüências dessa última alternativa.



Garantia de continuidade do programa, aumentando as chances de consolidar projetos. O cuidado com essa sugestão é não transformar um programa que é importante para muitos(as) em uma exclusividade para poucos(as)!



Contrapartida municipal deve ser utilizada para resolver problemas de obras e outras iniciativas dos Planos, que se encontram inacabadas ou inoperantes, sem recursos previstos.



Rigor na definição dos projetos que fazem parte dos Planos.
A elaboração dos Planos deve considerar os estudos e os diagnósticos já elaborados e todo tipo de informação existente.



Mapeamento da atuação da assistência técnica e da situação de capacitação de agricultores(as) familiares.



